

# Estudantes universitários: estratégias e procedimentos para a permanência

Hellen Cristina Xavier da Silva Mattos

Mestranda pela UFSCar

Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes

Professora da UFSCar

## Resumo

Este artigo visa analisar a permanência universitária com foco em estratégias e procedimentos selecionados pelos estudantes oriundos de escola pública para se manterem na universidade. Os dados foram coletados por meio de entrevistas com estudantes universitários oriundos de escola pública. O principal referencial teórico é Pierre Bourdieu. Os resultados indicam que os estudantes valorizam o respaldo institucional financeiro, porém assumem estratégias individuais para a solução de dificuldades pedagógicas e culturais. Conclui-se que as políticas de permanência universitária têm favorecido os estudantes economicamente, mas pouco têm contribuído para que superem as suas dificuldades culturais e pedagógicas.

**Palavras-chave:** Permanência universitária; Habitus estudantil; Ensino superior.

## Abstract

*University students: strategies and procedures for permanence*

This article aims to analyse the university permanence focusing on strategies and procedures selected by students who came from a public school to keep themselves at the university. The data collection was made through semi-structured interviews with six university students from a public school. The main theoretical reference is Pierre Bourdieu. The results show that the students value the institutional financial support, but they assume individual strategies for the solution of pedagogical and cultural difficulties. We conclude that the policies of university permanence have favored students economically, but it has little contributed to overcome their cultural and pedagogical difficulties.

**Keywords:** University permanence; Student Habitus; Higher Education.

## Resumen

*Estudiantes universitarios: estrategias y procedimientos para la permanencia*

El artículo busca analizar la permanencia universitaria con énfasis en estrategias y procedimientos elegidos por estudiantes procedentes de escuela pública para mantenerse en la universidad. Se reunieron los datos mediante entrevistas con estudiantes universitarios procedentes de escuela pública. El principal referente teórico es Pierre Bourdieu. Los resultados indican que estudiantes valoran el respaldo institucional financiero, sin embargo, asumen estrategias individuales para solucionar dificultades pedagógicas y culturales. Se concluye que las políticas de permanencia universitaria han auxiliado a los estudiantes económicamente, pero poco han contribuido a superar sus dificultades culturales y pedagógicas.

**Palabras clave:** Permanencia universitaria; Habitus estudiantil; Educación superior.

## Introdução

O acesso ao ensino superior e a democratização desse espaço ganhou novas configurações desde a promulgação da Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012). A referida lei, conhecida como Lei de Cotas, regulamentou o ingresso de estudantes oriundos de escola pública, considerando critérios de renda e identidade étnico-racial em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Nesse novo cenário político, é importante compreender o conceito de acesso.

Consideramos a definição proposta por Silva e Veloso (2013), que entendem o acesso de maneira profunda, referindo-se não apenas ao ingresso, mas considerando também a permanência do estudante e a qualidade de sua formação. Nessa perspectiva, o ingresso não é suficiente para efetivar o acesso de estudantes oriundos de escola pública na educação superior.

A temática de estudo analisada neste artigo se refere à permanência universitária, que pode ser entendida como “aquela que garante a efetivação dos estudos com apoio estudantil, qualidade no ensino e todos os elementos que constituem um ambiente apropriado para o êxito no percurso acadêmico até a integralização do curso” (NUNES; VELOSO, 2015, p. 817).

Ao considerarmos as contribuições de Pierre Bourdieu sobre a permanência na universidade, observamos que as ações dos agentes sociais estão relacionadas com os conceitos de *habitus* e campo. Na universidade, os estudantes oriundos de escola pública se encontram em um novo campo, pois muitos são a primeira geração de suas famílias a ingressarem nesse nível de escolaridade (RISTOFF, 2014; SILVA; FERNANDES, 2017). Para tanto, precisam estabelecer estratégias para se adaptarem. Segundo Setton (2002, p. 64), “as estratégias surgem como ações práticas inspiradas pelos estímulos de uma determinada situação histórica. São inconscientes, pois tendem a se ajustar como um sentido prático às necessidades impostas por uma configuração social específica”.

Nesse sentido, o presente artigo visa analisar a permanência universitária por meio de estratégias e procedimentos selecionados pelos estudantes oriundos de escola pública para se manterem na universidade. Para atingir tal objetivo, foi realizada uma pesquisa de campo com estudantes universitários oriundos de escola pública, que estavam matriculados nos últimos períodos dos cursos de graduação do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

A universidade tem três centros de Ciências, sendo que o CECH foi escolhido por ter o maior número de estudantes oriundos de escola pública matriculados em seus cursos (OLIVEIRA, 2014). Os estudantes convidados a participar deste estudo já haviam colaborado em uma investigação anterior sobre trajetórias acadêmicas realizada em nosso grupo de pesquisa, por meio de questionários online. A partir dos resultados alcançados, aprofundamos a pesquisa por meio de entrevistas semiestruturadas com seis estudantes sobre a fase de adaptação e a permanência universitária.

A entrevista semiestruturada proporciona que novas perguntas sejam criadas conforme as respostas obtidas no decorrer da entrevista. Dessa maneira, torna-se uma boa indicação de instrumento de coleta de dados quando se trata de uma pesquisa qualitativa, além de enriquecer a investigação ao possibilitar liberdade e espontaneidade necessárias ao informante (TRIVIÑOS, 1987).

De acordo com a natureza da pesquisa, o roteiro da entrevista semiestruturada teve um enfoque descritivo sobre as estratégias de permanência dos participantes no espaço universitário, pois essa característica nos auxilia a “descobrir os significados dos comportamentos das pessoas de determinados meios culturais” (TRIVIÑOS, 1987, p. 150).

As entrevistas foram gravadas e transcritas, sendo que a análise dos dados foi realizada a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Os dados foram organizados a partir de elementos em comum encontrados entre eles, sendo posteriormente classificados em categorias. Para o recorte apresentado neste artigo, foram selecionadas as categorias que se referem às estratégias e procedimentos que os universitários oriundos de escola pública escolheram para permanecer na universidade e chegar à conclusão de seus cursos. Os seis estudantes entrevistados estavam matriculados nos cursos de Ciências Sociais, Linguística, Pedagogia e Psicologia.

Nesse artigo, iniciamos a discussão abordando a concepção de permanência universitária e os conceitos de Pierre Bourdieu, nosso principal referencial teórico. Entre as contribuições da teoria bourdieusiana são apresentados os conceitos de capital cultural, *habitus*, campo e estratégia em relação ao objeto de estudo proposto. Os dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas são apresentados e discutidos na segunda parte do artigo.

## A permanência universitária

A permanência universitária é uma temática que ganhou destaque nas universidades a partir de 2012 com a implementação da Lei de Cotas ou Lei 12.711 (BRASIL, 2012), que regulamentou o ingresso nas instituições federais de educação superior (IFES). Essa lei implementa a reserva de 50% das vagas para estudantes oriundos de escola pública, considerando as características econômicas, étnicas e as necessidades especiais. Para isso, as vagas reservadas se subdividem em grupos destinados aos estudantes com ou sem as referidas características, mas que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Segundo Ristoff (2014), a regulamentação que a Lei de Cotas trouxe para o ingresso nas IFES favoreceu a alteração das características do público universitário, que, até então, era marcadamente branco e elitista. Em tal cenário, a questão da inclusão e permanência desse novo perfil de estudante ganha força com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAEs).

O PNAEs já existia desde 2010, a partir da promulgação do Decreto nº 7.234, mas seus investimentos foram reforçados com a Lei de Cotas para favorecer ações de assistência nas instituições de educação superior federais. A proposta do programa consiste em apoiar os estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais das IFES que estejam em um quadro de vulnerabilidade socioeconômica, combatendo as desigualdades sociais e regionais, ampliando e democratizando as condições de acesso e permanência dos jovens da educação superior pública federal. As ações de assistência estudantil subsidiadas pelo PNAEs devem estar entre as áreas de moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

O referido decreto esclarece que cada instituição de educação superior definirá os critérios e a forma de seleção dos estudantes beneficiados com o apoio financeiro do PNAEs. Ainda assim, é ressaltado que os estudantes oriundos de escola pública e com renda per capita de até um salário mínimo e meio têm prioridade no atendimento. Também é atribuição das instituições fazer o acompanhamento e avaliação do programa.

Ao analisar o PNAEs, Nodari e Lima (2017) destacam a importância desse programa para a permanência de estudantes com vulnerabilidades sociais principalmente pelo número de recursos e estudantes beneficiados. Segundo os dados trazidos pelos autores,

[...] o montante total de recursos destinado ao programa no período de sete anos chegou a R\$ 2,85 bilhões, crescimento de 634%, se comparado aos anos de 2008 e 2014. O número total de benefícios no período foi de mais de 4,9 milhões, com crescimento de mais de 600% no período 2008-2013. (NODARI; LIMA, 2017, p. 11).

Ainda assim, Gimenez e Maciel (2016) esclarecem que a categoria “permanência universitária” encontra-se em fase de construção, mas já é possível constatar que a permanência pode ser compreendida como política social com ações relacionadas à assistência estudantil; política pública que favorece a permanência dos estudantes atendidos; e, por último, a permanência em um sentido mais amplo, em que as dificuldades dos estudantes seriam oriundas de diferentes causas (econômicas, sociais, culturais, psicológicas e pedagógicas).

Dessa forma, a permanência não está relacionada apenas à assistência de ordem financeira, mas também ao suporte pedagógico, para que o estudante consiga se desenvolver academicamente. Conforme defendido por Lima, Malange e Barbosa (2016, p. 1286):

Estudar a permanência nos remete a pensar a dinâmica acadêmica, num conjunto que possa oportunizar a participação dos estudantes em ações qualificadoras do ensino, ligadas a qualquer um dos eixos que sustenta a universidade (ensino, pesquisa e extensão). A inserção dos estudantes nessas ações é de grande valia para a sua fixação nesse espaço e esse envolvimento poderá garantir a sua permanência.

Apesar de as políticas de permanência estarem voltadas prioritariamente para os estudantes que apresentam dificuldades econômicas e baixo capital cultural escolarmente valorizado, estudos como o de Cordeiro e Cordeiro (2015) demonstram que tais políticas diminuem o índice de evasão, tanto de estudantes cotistas como não cotistas. Segundo os autores, as dificuldades referentes à qualidade do Ensino Médio e à posição socioeconômica estão presentes na vida de todos os estudantes, principalmente na área de exatas, que apresenta o maior índice de evasão. Diante disso, as ações e programas de permanência devem, de acordo com os autores, estar próximas das dificuldades apresentadas pelo seu público discente. É preciso conhecer, assim, o cotidiano acadêmico, pois são as vivências dos estudantes que possibilitam a medição do que é preciso melhorar na permanência universitária (CORDEIRO; CORDEIRO, 2015).

Branco, Nakamura e Araújo (2017) também apontam para a necessidade de identificação dos indicadores/fatores que os estudantes trazem sobre as suas dificuldades. Segundo os autores, essa identificação pode favorecer

[...] a avaliação e gestão da educação, direcionando suas políticas e ações efetivas de combate à evasão/abandono dos sistemas de ensino, em lugar de analisar as estatísticas oficiais de abandono e suas fatais constatações de exclusão. (BRANCO; NAKAMURA, ARAÚJO, 2017, p. 5).

Na mesma direção, Mongim (2017) investigou a presença de estudantes negros em uma universidade pública. A partir das vivências dos universitários e de práticas de agentes institucionais, o trabalho da autora demonstra como a permanência no ensino superior não se refere apenas às condições materiais, mas também a um pertencimento simbólico:

Em geral, eles [os estudantes] apontam dificuldades de ordem material, mas também ressaltam os desafios diante da percepção de que a vida transita entre dois mundos, em universos simbólicos diferentes. Por isso, ao mesmo tempo em que o acesso à universidade é comemorado e concebido como grande possibilidade de a percepção da alteridade pode se apresentar como um desafio. (MONGIM, 2017, p. 151).

É importante, portanto, conhecer os elementos que interferem na permanência e no desempenho dos estudantes para além da esfera individual e econômica. Nesse sentido, utilizamos Pierre Bourdieu como principal teórico em nosso estudo por ter trazido análises sobre o desempenho escolar de estudantes de diferentes camadas sociais. Ao contrário da ideologia do dom, em que o sucesso escolar estaria relacionado às aptidões inatas dos agentes, Bourdieu esclarece que “De todos os fatores de diferenciação, a origem social é sem dúvida aquela cuja influência exerce-se mais fortemente sobre o meio estudantil, [...]” (BOURDIEU; PASSERON, 2015, p. 27).

Bourdieu (1998) considera a origem social no desempenho do estudante, defendendo que carregamos uma bagagem de cultura construída pelo contexto social. As referências e conhecimentos da família do estudante, por exemplo, constituem o capital cultural, conceito fundamental em nosso estudo. Para Bourdieu, os estudantes de famílias que possuem maior volume de capital cultural socialmente valorizado detêm um capital cultural próximo dos conteúdos, linguagem e cotidiano escolar, tornando a escola uma extensão de sua casa. O que não acontece com os estudantes oriundos de famílias pouco escolarizadas; para estes estudantes o percurso escolar se torna uma nova dinâmica a ser enfrentada (VALLE, 2013).

Entretanto, o capital cultural não é apenas um repertório de conhecimentos, mas um modo operante, uma forma de se utilizar a cultura em suas práticas, como esclarecido por Bourdieu: “O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma proprie-

dade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da ‘pessoa’, um *habitus*” (BOURDIEU, 1998, p. 74-75).

O *habitus* é outro conceito bourdieusiano importante para a nossa análise, definido pelo autor como o “primado da razão prática” (BOURDIEU, 2007, p. 61). O *habitus* é o conhecimento adquirido no contexto familiar e social que orienta a ação dos indivíduos. Nogueira e Nogueira (2002), ao explicarem tal conceito, destacam que as disposições que regem a ação não se manifestam como respostas mecânicas, mas que o indivíduo adapta essas orientações em diferentes circunstâncias. Assim, o *habitus* é o conjunto de disposições que leva o indivíduo a agir de uma certa maneira, em uma determinada situação.

Alves et al. (2013) destacam que o *habitus* se constitui a partir das condições objetivas de existência. Em função do volume de capitais (econômico, cultural, social etc.), “cada grupo social constituiria um conhecimento prático sobre o que está ou não ao seu alcance e sobre as estratégias mais viáveis a serem utilizadas para garantir a manutenção ou ascensão em relação à posição social ocupada” (ALVES et al., 2013, p. 585-586).

A educação superior é concebida por Bourdieu como campo científico, um espaço de relações em constante luta pelas posições dominantes, pela distribuição de capital específico e pela disputa de estratégias e chances objetivas dos agentes universitários. Nessa luta e relação de força, os agentes prevalecem de acordo com o *habitus* e o capital que interessa ao campo (BOURDIEU, 1983). No caso do ensino superior, os estudantes que herdaram socialmente o capital científico (reconhecimento da autoridade científica) e o *habitus* de estudo agem no campo científico com práticas “naturalizadas”, se adaptando mais facilmente a essas relações e regras de funcionamento.

Ortiz (1983, p. 21) explica que “no caso da ciência, o capital se refere à autoridade científica, a luta que se trava entre os agentes é uma disputa em torno da legitimidade da ciência”. Entendemos ser em tal campo de disputa que os estudantes universitários precisam se inserir e se adaptar para alcançar o seu objetivo de formação cultural, acadêmica e profissional. Nesse sentido, Ortiz (1983, p. 22), fundamentando-se em Bourdieu, afirma que

[...] o jovem que se inicia no campo científico, e que se volta fervorosamente para os estudos, não está simplesmente produzindo conhecimento, mas, sobretudo, investindo num capital cultural, que irá posteriormente assegurar-lhe uma posição dominante no campo dos pesquisadores científicos.

Dessa maneira, as ações dos agentes se tornam estratégias para se inserirem no campo científico. Contudo, Bourdieu (1983) chama atenção para o caráter reprodutivo também presente no campo científico:

Assim, a definição do que está em jogo na luta científica faz parte do jogo da luta científica: os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem. (BOURDIEU, 1983, p. 7).

Os novatos no campo científico, no caso, os estudantes oriundos de escola pública, tendem a se encontrar em um jogo com pouco capital científico para se apropriar da produção científica. A ação pedagógica, no ensino superior, se destina a inculcar o *habitus* científico nos novatos (BOURDIEU, 1983), o que não é essencial para os estudantes que já herdaram o capital e o *habitus* científico em seus meios familiares, ou seja, os estudantes de famílias de maior escolaridade.

Os estudantes oriundos de escola pública, portanto, vivenciam o ensino superior com a influência do capital cultural e do *habitus* que, segundo Silva e Fernandes (2017), estão distantes do campo científico-universitário. Entretanto, esses estudantes buscam estratégias para que possam se adaptar e permanecer no cotidiano acadêmico, conforme evidenciamos a seguir, apresentando as estratégias e os principais procedimentos que facilitaram a permanência dos estudantes que participaram de nosso estudo na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

### **Estratégias e procedimentos de estudantes para a permanência universitária**

Os seis estudantes que participaram da pesquisa foram nominados como E1 a E6, visando garantir seu anonimato. Cinco participantes são do sexo feminino e um masculino.

A participante E1 é uma estudante do curso de Ciências Sociais (período integral), e faz parte da primeira geração de sua família a ingressar no ensino superior. Sua família é de baixa renda. Recebe bolsas de auxílio (moradia e alimentação), bolsa de cunho científico (Programa de Educação Tutorial – PET Usina de Reflexão), sendo sustentada apenas por esses recursos, e mora em república com amigos.

A participante E2 é uma estudante do curso de Linguística (vespertino), com a família de classe média e tendo apenas o pai cursado o ensino superior. Não recebe nenhuma modalidade de bolsa. Trabalha e é responsável pelo seu próprio sustento.

Também mora em república com amigos.

A participante E3 é uma estudante de Pedagogia (noturno). Sua mãe concluiu o ensino superior e sua família é de baixa renda. Recebe bolsas auxílio (moradia e alimentação), bolsa de cunho científico (Programa Instituição de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid), é sustentada por essas bolsas e vive na moradia interna da universidade.

A participante E4 é uma estudante de Psicologia (integral), de 24 anos. Sua mãe cursou o ensino superior, enquanto o pai não concluiu o ensino médio. Sua família é de baixa renda. Recebe bolsas auxílio (moradia e alimentação), trabalha como garçom e é responsável apenas pelo seu próprio sustento, sendo que mora com amigos em uma república.

Também a participante E5 é uma estudante de Psicologia, 21 anos. O pai concluiu o ensino médio, enquanto a mãe continuou os estudos e concluiu uma pós-graduação. A participante E5 difere dos demais estudantes entrevistados por ter realizado o ensino médio em uma escola pública concorrida e de prestígio, a escola técnica da UNICAMP. Por suas características e história de vida, a estudante provavelmente teria cursado o ensino médio em escola privada, caso não conseguisse a vaga na referida escola. Sua família é de classe média. A estudante não trabalha, recebe bolsa de cunho científico (Iniciação Científica) e ajuda financeira dos pais. Divide um apartamento com uma colega da universidade.

O participante E6 foi o único participante do sexo masculino que realizou a entrevista. Tem 26 anos e cursa Ciências Sociais. É oriundo de uma família de baixa renda, e faz parte da primeira geração da sua família a ingressar no ensino superior. Recebe bolsas auxílio (moradia e alimentação) e ajuda financeira da família. Difere do grupo de participantes por residir com outros familiares.

Os resultados das entrevistas sobre as estratégias e procedimentos que facilitaram a permanência desses estudantes na universidade evidenciaram que o respaldo institucional é bem visível em relação à assistência econômica, pois os estudantes oriundos de escola pública procuraram o apoio de bolsas auxílio que são ofertadas pelas políticas de permanência. A influência desses benefícios foi positiva e essencial para que os estudantes permanecessem na universidade:

Isso eu acho que foi o essencial. Se eu não tivesse a bolsa alimentação e a bolsa moradia, eu não estaria, certeza, no último ano. [...] eu sei que a minha família não teria 50 reais para me mandar, eles não têm. Então, eu dependia das bolsas para eu estar aqui. (E3).

Nossa, é simples, se eu não tivesse eu não estaria aqui. Simples assim. Não haveria como estar aqui, até agora, sem essa política de permanência. (E6).

Os participantes têm clareza da importância desse respaldo institucional para sua permanência na universidade, possibilitando a trajetória acadêmica até a conclusão de seus cursos. Veloso e Maciel (2015), bem como Nunes e Veloso (2017), destacam a influência positiva do PNAEs para a permanência de estudantes de IES públicas. “O apoio financeiro e auxílio aos estudantes é um dos elementos que favorecem a continuidade dos estudos na educação superior, ou seja, contribui para a sua permanência” (VELOSO; MACIEL, 2015, p. 234).

Além disso, o apoio da bolsa de auxílio proporciona tempo de estudo para esses estudantes:

Com a universidade me concedendo a bolsa, assim... Eu conseguir a bolsa me proporcionou que eu não precisasse me deslocar, porque [onde morava] não era perto da universidade. Então, eu tinha tempo livre, porque eu podia continuar dentro da universidade. Eu estava lá, estudando, e eu também não queria sobrecarregar a família. (E2).

Esse dado corrobora os resultados da pesquisa de Silva e Fernandes (2017), que identificaram a influência das bolsas de auxílio, e também de cunho acadêmico, na boa fruição do campo e atividades científicas dos universitários oriundos de escola pública. Segundo a análise dessa pesquisa, a assistência econômica possibilita o tempo de estudo e diminui a parcela de estudantes que precisam trabalhar; situação esta que dificulta a fruição da universidade.

Nunes e Veloso (2016) também destacam a importância de possibilitar que o estudante tenha maior tempo para ficar na universidade: “A vivência em tempo integral do estudante na universidade, favorece a participação em eventos e maior dedicação ao curso. Essas condições são importantes para a qualidade da formação” (NUNES; VELOSO, 2016, p. 978).

Ainda assim, os estudantes esclarecem que apenas as bolsas de auxílio não são suficientes para a permanência:

[...] eu falava “gente, não é só isso”, tanto que eu tive que procurar outras formas de ganhar alguma renda. Porque você não fica só com o almoço, janta e um lugar para dormir. Você tem a sua higiene, você tem o lanche da manhã, o lanche da tarde, você tem xerox, você tem livro, você tem as suas passagens, você tem um milhão de coisas. O que eles te oferecem não é o suficiente para quem não tem auxílio nenhum da família. (E3).

Para complementar a renda referente às bolsas de auxílio, os estudantes oriundos de escola pública procuraram adquirir bolsas de cunho acadêmico, como as bolsas do Programa de Educação Tutorial (PET), Iniciação Científica (IC), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), como também estágios extracurriculares remunerados e trabalhos temporários.

Nunes e Veloso (2017) defendem que as bolsas de cunho acadêmico (como de extensão e iniciação científica), bem como o estágio remunerado, contribuem para a permanência estudantil. Contudo, essas bolsas são escassas e tendem a beneficiar os estudantes que já apresentam bons desempenhos acadêmicos, não favorecendo os que têm defasagens econômicas e culturais.

Assim, quando as bolsas de auxílio são insuficientes para a demanda dos estudantes, “os auxílios moradia e alimentação não estão cumprindo com o objetivo de resolver o problema da vulnerabilidade econômica a que se propõe e nem está sendo um mecanismo eficaz que possibilite ao estudante sentir-se integrado à vida acadêmica” (LIMA; MALANGE; BARBOSA, 2016, p. 1285).

Com a insuficiência das bolsas, Nunes e Veloso (2017) destacam que os programas e ações de permanência, como no caso da assistência estudantil, precisam estar constantemente buscando melhorias. Ao questionarmos as sugestões dos estudantes, os participantes propõem uma reavaliação dos critérios de seleção das bolsas, bem como esclarecem a necessidade de um acompanhamento inicial, de melhorar as informações sobre as políticas de permanência e construir novas propostas junto com os estudantes.

Essas sugestões são um desafio do PNAEs para as universidades, como esclarecem Nunes e Veloso (2016), em que os recursos não são suficientes para atender a demanda. Sabe-se que os recursos são limitados e as universidades precisam adotar critérios para identificar quem é o “mais carente” entre os carentes. Ainda assim, as autoras destacam a importância de conhecer os estudantes e as suas demandas, como sugerido pelos participantes da pesquisa: “Conhecer o estudante e suas características, facilita o desenvolvimento de políticas e ações apropriadas a realidade de modo a favo-

recer a sua permanência até o êxito da conclusão do curso” (NUNES; VELOSO, 2016, p. 976).

Diante desse cenário, identificamos que as estratégias para a permanência na dimensão econômica recebem um importante respaldo da instituição, pois os participantes procuraram a universidade para adquirir bolsas de auxílio, bem como bolsas de cunho acadêmico, para terem uma fonte de subsistência, possibilitando continuarem com os estudos na graduação. Entretanto, conforme destacam Lima, Malange e Barbosa (2016), apesar da importância do fator econômico nas políticas assistenciais, esse fator não é suficiente para favorecer a permanência:

Não desconsideramos o fator econômico como um dos fatores causadores da não permanência, mas não é o único e nem o mais preponderante. As políticas assistencialistas focais são fundamentais e essenciais ao público de baixa renda, mas não têm resolvido o problema da permanência. (LIMA; MALANGE; BARBOSA, 2016, p. 1275).

Além do fator econômico, portanto, outros elementos interferem na permanência universitária, como a dimensão cultural e pedagógica. O ensino superior não exige apenas uma nova forma de se organizar em relação à cultura, mas também em relação a um corpo de saberes (BOURDIEU; PASSERON, 2015). Nogueira e Nogueira (2009, p. 36) explicam que esse corpo de saberes está relacionado a “uma série de atitudes, comportamentos e conhecimentos e um conjunto de habilidades linguísticas que apenas aqueles socializados na cultura dominante poderiam apresentar”. Ou seja, a exigência do sistema escolar ou universitário não é apenas voltada aos conteúdos, mas como o estudante interage e se relaciona com a cultura científica.

Os estudantes de escola pública, por serem um público novo nas universidades, precisam se adaptar a esse corpo de saberes para acompanhar o cotidiano acadêmico, assim como exemplificado na fala da participante da pesquisa:

Acho que eu fui aprendendo a testar outras formas de estudo que até então... de habilidades que eu não tinha desenvolvido. [...] É, eu acho que no Ensino Médio, eu estudava praticamente para fazer a prova, mas aí eu fui vendo que no Ensino Superior não era bem assim. Principalmente em um curso de Humanas, você tem que adquirir outras habilidades, você tem que aprender a falar sobre aquele assunto, você tem que aprender a... sei lá, estar aberta a novos assuntos, tem que aprender a questionar aquele conteúdo que estão te dando, então acho que foi mais nesse sentido. (E4).

As estratégias para a permanência na dimensão econômica, portanto, não são suficientes para garantir o bom rendimento do estudante. Costa (2016) defende que o desempenho do estudante pode estar relacionado a questões pessoais, interpessoais e

institucionais. Nesse sentido, “[...] os impactos que a Política de assistência estudantil causa ao rendimento acadêmico dos alunos não podem ser avaliados isoladamente” (COSTA, 2016, p. 362). Dessa maneira, para permanecer nos cursos de graduação foi necessário estabelecer ações em outras dimensões do cotidiano acadêmico.

A primeira estratégia que identificamos para além da esfera econômica foi o envolvimento dos estudantes em diferentes atividades e movimentos sociais<sup>1</sup> dentro e fora da universidade. Esse envolvimento propiciou o relacionamento do estudante com diferentes pessoas e diferentes espaços, ajudando-os a terem momentos de entretenimento, objetivos e um convívio mais amplo que auxiliou na questão da ausência da família. Dessa forma, ressaltamos a importância dos espaços, organizações e movimentos estudantis dentro da universidade em que os estudantes encontraram um respaldo emocional e social na nova dinâmica universitária, como destacado na pesquisa de Nunes e Veloso (2017).

Durante a permanência, e com a percepção da existência de uma defasagem cultural e da ausência de práticas de estudo cotidiano, os estudantes oriundos de escolas públicas procuraram como estratégia, primeiramente, melhorar a sua formação acadêmica diante de seus limites e especificidades: “Respeitar o meu tempo e as minhas condições. Eu vi que eu não iria acompanhar o ritmo da universidade. Então, eu fiz as disciplinas, da forma que eu consegui, eu comecei a aceitar que o “6” era bom, era ótimo, né?” (E2).

Quando se estabelece uma expectativa de mesmo desempenho para estudantes com condições desiguais, o caráter reprodutivo da escola é enfatizado, o que legitima, por sua vez, as desigualdades sociais. Como é colocado por Nogueira e Nogueira (2002, p. 29): “Tratando formalmente de modo igual, em direitos e deveres, quem é diferente, a escola privilegiária, dissimuladamente, quem, por sua bagagem familiar, já é privilegiado”. Dessa forma, o reconhecimento e o respeito aos diferentes desempenhos dos estudantes contribuem para a superação da ideologia do dom e da meritocracia, aspectos analisados por Pierre Bourdieu como presentes na vida escolar e acadêmica.

No caso da estudante participante da nossa pesquisa, o respeito pelo seu próprio ritmo favoreceu que ela buscasse o seu próprio desenvolvimento enquanto graduanda, no lugar de se culpar por não ter o desempenho que o campo científico, espaço historicamente elitista, impõe aos seus agentes. Assim, essa ação contribuiu para a sua permanência na universidade e a busca pela conclusão de seu curso.

---

1 As atividades se voltaram principalmente a diferentes cursos, eventos, grupos religiosos, atividades físicas. Os movimentos sociais se referem a grupos estudantis, como o Centro Acadêmico e o Diretório Central de Estudantes.

Outra estratégia utilizada foi se inscrever em uma quantidade menor de disciplinas por semestre. Foi comum para esses estudantes decidirem alongar o período de graduação para conseguirem se dedicar mais às disciplinas: “É como a gente entra com algumas coisas para trás de outras pessoas, então a gente precisa de um tempo a mais para fazer essa adaptação” (E1). Oliveira e Melo-Silva (2010) também identificaram em seus estudos a longa duração da graduação nas trajetórias acadêmicas de estudantes oriundos de escola pública.

Acreditamos que esse tempo “a mais”, como dito pela participante E1, é o tempo que o estudante oriundo de escola pública requer para o processo de aculturação e a aquisição do novo *habitus* exigido pela universidade. Como o *habitus* é estimulado pelo campo (SETTON, 2002), os estudantes que não herdaram o capital informacional e cultural de suas famílias para a universidade se encontram em um processo de esforço para adquirir um novo *habitus*. O tempo “a mais”, portanto, se torna uma estratégia relacionada com a incorporação do *habitus*.

Por fim, buscar o apoio dos colegas durante a graduação, tanto nos estudos como na troca de informações, também se mostrou uma importante estratégia para permanecerem no campo científico:

Se comunicar entre a gente e ver como que cada um está superando as suas dificuldades. [...] é coisa assim que não é divulgada e a gente demora muito para descobrir. Então acho que essa parte de comunicação entre a gente é essencial. (E4).

Algumas pessoas, eu sinto que elas se uniram. Então, tinha dificuldade de entender alguma matéria, pedia para um colega, ou então dificuldade do tipo “nossa, eu não tenho dinheiro para ir lá em São Paulo ver essa palestra”, aí tentava pegar patrocínio, tentavam sempre coisas à parte porque não era a universidade que supria e eu sei que muita gente “abandonou o barco”, sabe? Eu não sei dizer se quem abandonou mais foram justo as pessoas de escola pública, mas eu penso que sim. (E5).

A união dos estudantes se mostra uma importante estratégia não apenas na fase de acolhimento, como indicado no estudo de Nunes e Veloso (2017), mas também durante todo o percurso universitário que o estudante percorre. Essa estratégia facilita a sua permanência no campo científico e a superação de possíveis dificuldades acadêmicas, relativas à fruição do curso e necessidade de apoio emocional. Nos estudos de Santos (2017), também foi demonstrado como a união de colegas se torna uma estratégia de resistência às práticas hostis e preconceituosas presentes na universidade. De acordo com a autora,

Essa estratégia traz uma concepção de que, entre iguais, há proteção e possibilidades maiores de permanência simbólica. Em nossas entrevistas, também encontramos a criação de grupos homogêneos como uma forma de resistir ao ambiente nada acolhedor do *campus*. (SANTOS, 2017, p. 44).

Podemos inferir, dessa forma, que as estratégias de adaptação e superação de suas dificuldades de permanência (defasagem cultural e ausência de práticas de estudo) foram selecionadas sem contar com o apoio institucional. Contudo, a universidade dispõe de um programa de acompanhamento pedagógico, bem como grupos de tutoria, para auxiliar os estudantes em suas dificuldades acadêmicas, mas essas ações não são visíveis para os estudantes oriundos de escola pública.

Não foi possível identificar a razão da falta de visibilidade de tais programas, mas acreditamos que, com a ausência de acompanhamento inicial e com relacionamentos distantes da coordenação do curso e dos professores, os estudantes oriundos de escola pública se encontram sozinhos na permanência universitária na sua dimensão pedagógica e cultural.

Constatamos, portanto, que a permanência no campo científico de estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas é complexa, envolvendo não apenas fatores econômicos, mas também pedagógicos e culturais na inserção em um novo campo. Nesse percurso, o apoio dos colegas graduandos tem sido fundamental para que os estudantes com este perfil se insiram e permaneçam na universidade, bem como as políticas institucionais referentes à assistência econômica.

## **Considerações finais**

A partir do cenário político definido pela Lei 12.711/2012 (BRASIL, 2012), que trouxe novas configurações ao ingresso nas universidades federais, o presente artigo teve como objetivo analisar a permanência universitária por meio de estratégias e procedimentos selecionados pelos estudantes oriundos de escola pública para se manterem no campo científico.

A partir dos dados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas feitas com esses estudantes, identificamos que o vínculo com os demais estudantes é relevante e contribui para a permanência universitária, o que inclusive se tornou uma estratégia importante para os estudantes superarem as suas dificuldades na universidade. Além dessa estratégia de permanência, o uso das bolsas assistenciais, o respeito aos próprios limites e o alongamento do período de graduação foram estratégias co-

muns para esse público discente. O respeito às limitações dos estudantes indica um possível aliado na superação da ideologia do dom, enquanto que o alongamento da duração da graduação propicia um tempo maior para os estudantes adquirirem o *habitus* de estudo acadêmico.

Dessa forma, é perceptível que as políticas de permanência universitária precisam considerar, além do respaldo financeiro, um suporte pedagógico. No estudo realizado, identificamos que o apoio institucional na permanência tem se destacado na esfera econômica, mas com pouca contribuição na dimensão pedagógica e cultural, o que favorece que os estudantes desenvolvam estratégias individuais e sem a colaboração da instituição.

## Referências

ALVES, Maria Teresa Gonzaga, et al. Fatores familiares e desempenho escolar: uma abordagem multidimensional. *Revista Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 56, n.3, p. 571-603, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000300004>

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 71-79.

\_\_\_\_\_. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 59-73.

\_\_\_\_\_. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Trad. Ionne Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

BRANCO, Uyguciara Veloso Castelo; NAKAMURA, Paulo Hideo; ARAÚJO, Edineide Jezine Mesquita. Fatores que influenciam na permanência de alunos em instituições superiores: estudo-piloto na UFPB. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS, 25, 2017, Brasília. *Anais...* Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Diário Oficial da União*, 20 jul. 2010.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 30 ago. 2012.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves; CORDEIRO, Ana Luisa Alves. Estratégias de permanência de estudantes na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS, 23, 2015, Belém. *Anais...* Belém: Universidade Federal do Pará, 2015.

COSTA, Márcia Cristina. Os impactos da política de assistência estudantil no rendimento acadêmico. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 11, n. 22, p. 351-66, ago./dez. 2016.

GIMENEZ, Felipe Vieira; MACIEL, Carina Elisabeth. A categoria permanência na educação superior: o que revelam as pesquisas? In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS, 24, 2016, Maringá. *Anais...* Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2016.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; MALANGE, Fernando Cezar Vieira; BARBOSA, Valci Aparecida. Programa de assistência estudantil na UNEMAT: política de permanência? In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS, 24, 2016, Maringá. *Anais...* Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2016.

MONGIM, Andrea Bayerl. Projetos de escolarização e ingresso de estudantes negros na universidade em contexto de ações afirmativas. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 12, n. 23, p. 143-159, jan./abr. 2017.

NODARI, Douglas Ehle; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. A permanência na educação superior, os índices de sucesso e as medidas adotadas para a sua melhoria. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS, 25, 2017, Brasília. *Anais...* Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2017.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educação e Sociedade*, v. 23, n. 78, p. 15-36, abr. 2002. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003>

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A realidade social segundo Bourdieu: o espaço social, os campos e os tipos de capital (econômico, cultural, simbólico e social). In: \_\_\_\_\_. *Bourdieu e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 29-47.

NUNES, Roseli Souza dos Reis; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Elementos que interferem na permanência do estudante na educação superior pública. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS, 23, 2015, Belém. *Anais...* Belém: Universidade Federal do Pará, 2015.

NUNES, Roseli Souza dos Reis; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. A assistência estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso: aspectos socioeconômicos de estudantes beneficiados. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS, 24, 2016, Maringá. *Anais...* Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2016.

NUNES, Roseli Souza dos Reis; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Desafios da permanência para estudantes com vulnerabilidades socioeconômicas no contexto da educação superior pública. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS, 25, 2017, Brasília. *Anais...* Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2017.

OLIVEIRA, Máisa Aparecida. *A atividade discente na universidade: os impactos da produtividade acadêmica na formação dos estudantes*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

OLIVEIRA, Melina Del’Arco de; MELO-SILVA, Lucy Leal. Estudantes universitários: a influências das variáveis socioeconômicas e culturais na carreira. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 23-34, jan./jun. 2010.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-36.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação*, Campinas, v. 19, n. 3, p. 723-47, nov. 2014. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000300010>

SANTOS, Dyane Brito Reis. Curso de branco: uma abordagem sobre acesso e permanência entre estudantes de origem popular nos cursos de saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 31-50, jan./abr. 2017.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, maio/ago. 2002. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>

SILVA, Hellen Cristina Xavier da; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. Permanência universitária: para além da assistência econômica. In: EDUCERE – CONGRESSO. FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CONTEXTOS, SENTIDOS E PRÁTICAS, 13, 2017, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2017.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso nas políticas da Educação Superior: dimensões e indicadores em questão. *Avaliação*, Campinas, v. 18, n. 3, p. 727-47, nov. 2013. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000300011>

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Pesquisa Qualitativa. In: \_\_\_\_\_. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987. p. 116-70.

VALLE, Ione Ribeiro. O lugar da educação (escolar) na sociologia de Pierre Bourdieu. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 13, n. 38, p. 411-37, jan./abr. 2013. <https://doi.org/10.7213/dialogo.educ.7629>

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; MACIEL, Carina Elisabeth. Acesso e permanência na educação superior: análise da legislação e indicadores educacionais. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 51, n. 37, p. 224-50, jan/abr. 2015. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v51n37ID7178>

**Submissão em:** 14-09-2018

**Aceito em:** 04-12-2018